



MEIO AMBIENTE / Rompimento da barragem de Mariana completa três anos com impasse nas indenizações e estimativa de 90% do pagamento até o fim de 2019. Pescadores formam um dos grupos mais prejudicados pela catástrofe

Ecos da tragédia

» CAMILLA VENOSA
ESPECIAL PARA O CORREIO

Três anos após o rompimento da barragem de Mariana (MG), os danos causados pela tragédia ainda podem ser vistos e sentidos. O maior desastre ambiental da história do país continua mostrando seus impactos no Rio Doce e nas cidades mais afetadas dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Além disso, várias famílias atingidas pelo desastre continuam sem receber indenização ou auxílio.

Segundo perícia da Polícia Civil, em novembro de 2015, havia uma grande quantidade de água na barragem em vez de lama, o que tornou a drenagem do sistema insuficiente e gerou o rompimento. A barragem de Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, pertence à mineradora Samarco, propriedade da Vale e da empresa australiana BHP Billiton. Com a destruição, um mar de lama de rejeitos de minérios vazou e atingiu mais de 40 cidades, matando 19 pessoas.

Os pescadores formam um dos grupos mais prejudicados pelo rompimento da barragem. Porém, segundo o advogado Leonardo Amarante, representante da Federação das Colônias e Associações dos Pescadores e Aquicultores do Espírito Santo (Fecopes), há muita demora nas concessões do auxílio e da indenizações. “É pequeno (o número de pescadores que já recebeu o auxílio) em relação à quantidade de pessoas impactadas. Os acordos não chegam a 20% dos pescadores que pediram a indenização. Há dois meses, quase não se fecham novos acordos. Não pode deixar a coisa parada, é preciso melhorar a estrutura para o serviço. Nesse ritmo, vai demorar 10 anos para chegar a todos”, comentou.

A Fundação Renova, criada a partir de um acordo entre a Samarco, a União e os estados prejudicados, afirma que foram pagos cerca de R\$ 1,1 bilhão em indenizações e auxílios financeiros. Segundo William Sarayeddin, gerente de Relações Institucionais da fundação, a criação da

Leandro Couri/EM/D.A Pres - 15/10/18



O distrito de Bento Rodrigues, devastado pela lama de rejeitos da barragem de Fundão, da mineradora Samarco

instituição é uma tentativa de dar mais celeridade aos processos, mas explica que a falta de documentação prejudica o andamento dos requerimentos. “A nossa dificuldade é na pesca informal, ou seja, pessoas que não têm documentação para provar que exerciam a atividade naquela localidade. Quando você começa a identificar os grupos ligados ao rio, mas não reconhecidos por documento, existe uma oscilação na concessão do auxílio. Mas vamos estabelecer uma forma justa para indenizar as pessoas. Não temos prazo específico para indenizar a todos, mas a estimativa é de que, até o fim de 2019, 90% das indenizações de quem já está cadastrado estejam pagas”, projeta.

A Renova paga auxílio no valor de um salário mínimo, mais 20% por dependente, e o custo de uma cesta básica. Em uma família de quatro pessoas, por exemplo, o auxílio seria em média de R\$ 1717,20, mais o valor da cesta básica.

Força-tarefa

Pesquisadores de 24 universidades brasileiras se uniram em uma força-tarefa chamada Rio Doce Mar para monitorar a situação da biodiversidade aquática dos locais afetados pela tragédia. Foram recolhidas para análise amostras de água, sedimento e material biológico. Os dados serão comparados com pesquisas

feitas no primeiro ano após o desastre. Para o geólogo Alex Bastos, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a contaminação varia de acordo com os períodos de chuva. “Nos dois primeiros anos, houve um aumento enorme no teor de metais na água marinha, o peixe estava muito contaminado. Depois, os índices diminuíram, mas ainda existem flutuações. No período da seca, a tendência é de que os teores de metais diminuam. Isso mostra que ainda há rejeito nas margens do Rio Doce. Quando chove, esses rejeitos voltam a contaminar”, explicou.

De acordo com o oceanólogo Adalto Bianchini, da Universidade Federal do

Rio Grande, a contaminação demora para se dissipar, porque os metais não são destruídos. “A partir de 2017, aumentou a contaminação de ferro, manganês e cádmio, mas pela dieta, pelo acúmulo de alimentação. Os metais não são destruídos, permanecem e se transferem de um organismo para o outro”, disse o professor. Segundo especialistas, a biodiversidade está longe de voltar ao que era antes do rompimento. Para isso, seria necessário o manejo dos rejeitos presentes nas margens do rio.

A jornalista Cristina Serra lançará neste mês um livro-reportagem sobre a tragédia. Segundo especialistas entrevistados por ela, “O Rio doce está na UTI”.

STF

Ministra alerta para retrocesso

» RENATO SOUZA
» MURILO FAGUNDES*

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), alerta sobre o risco de retrocesso em direitos conquistados. Sem citar quais grupos podem ser afetados ou quais tipos de garantias legais estão ameaçadas, a magistrada falou no crescimento do conservadorismo em relação aos costumes sociais, ontem, durante a comemoração aos 30 anos da Constituição. Ela reforçou o temor de minorias, como a comunidade LGBT, que tem corrido aos cartórios para oficializar uniões estáveis e casamentos.

De acordo com a ministra, existe o avanço de uma “mudança conservadora” no Brasil e no mundo. “Na minha compreensão de mundo, e é só na minha, não significa que esteja certa, perigosamente conservadora, porque a tendência na humanidade é de direitos fundamentais que, quando são conquistados, não se recua”, disse a ministra. A fala reforça o alerta da advogada Be-

renice Dias, diretora de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na semana passada, ela disse que poderia ocorrer retrocesso no direito à união estável e casamento entre pessoas do mesmo sexo no governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

Os rumores fizeram a assessora Ingrid Peixoto, de 26 anos, funcionária da Assembleia Legislativa do Mato Grosso, a adiantar os planos que tem com a companheira. “Estamos juntas há quatro anos e não tinha urgência do casamento. Conversamos com advogados, lemos sobre o assunto e vamos nos casar neste ano. Só assim o Estado nos reconhece como cidadãos e queremos manter o mínimo de dignidade no nosso relacionamento”, contou.

Especialistas ouvidos pelo Correio consideram inviável qualquer medida do Executivo ou do Legislativo contra direito conquistado. Em 2011, o Supremo julgou duas ações relacionadas ao assunto. O Tribunal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo. O então relator do caso, ministro Carlos

Ayres Britto, alertou. “O sexo das pessoas, salvo disposição contrária, não se presta para desigualdade jurídica”, destacou. Britto aplicou o artigo 3º da Constituição Federal, que garante a promoção “do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça publicou resolução garantindo que as autoridades devem realizar união civil e atender os pedidos para converter união estável em casamento. O professor Renato Ribeiro, doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), afirma que a decisão do STF não pode ser alterada. “O Supremo entendeu que deve-se aplicar o artigo da Constituição que veda a discriminação por sexo para garantir aos casais homoafetivos o direito à união estável. É uma avaliação ‘principlológica’, e não pode ser alterada nem por uma PEC no Congresso”.

*Estagiário sob a supervisão de Marcos Paulo Lima

Carlos Moura/SCO/STF - 9/8/18



Carmen Lúcia teme que o direito ao casamento gay seja atingido no governo Bolsonaro

SAÚDE

Hospitais debatem eficiência

» INGRID SOARES
ESPECIAL PARA O CORREIO

O combate ao desperdício e ao aumento da eficiência na área da saúde serão os assuntos abordados hoje, às 9h, na 6ª edição do Congresso Nacional de Hospitais Privados (Conahp). O evento é organizado pela Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), no Sheraton — WTC, em

São Paulo. O tema central neste ano é “Eficiência: como o combate ao desperdício irá transformar o sistema de saúde”, e contará, até sexta-feira, com especialistas, autoridades e representantes das principais instituições de saúde nacionais e internacionais. São esperadas cerca de 2.500 mil pessoas por dia e mais de 80 palestrantes.

O presidente da Comissão Científica do 6º Conahp e diretor-superintendente

do hospital Albert Einstein, Miguel Cendoroglo, conta que o evento terá palestras e exposições de trabalhos científicos. “O evento será debatido a partir das perspectivas assistencial, operacional e de governança. Existe muita oportunidade de ganho de eficiência operacional nos hospitais. Com programa de fluxo, por exemplo, pode diminuir o número de permanência, reduzir a passagem por leitos e melhorar a utilização de recursos. Com automação, tornar mais ágil o sistema e pode contribuir também para a segurança”, explica.

Cendoroglo ressalta ainda que o congresso terá como base o estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que fala sobre o combate de gastos dispendiosos na área. Segundo ele, os hospitais, operadoras de saúde, indústria de materiais e medicamentos, governo e regulação e pacientes devem trabalhar juntos para evitar o desperdício. “Temos uma proposta de tripla meta: a primeira é experiência com o cuidado: qualidade, segurança e experiência do paciente. A segunda é a redução do custo per capita,

redução do desperdício em si; e a terceira é a saúde populacional, com cuidados primários. O sistema só vai ficar sustentável se nos preocuparmos com isso. Se todos tiverem esses mesmos objetivos, faremos força na mesma direção, sem fragmentar o sistema de saúde”, explica.

Martha Oliveira, diretora executiva da Anahp, ressalta que a ideia do congresso é falar de forma macro sobre o assunto. “Precisamos melhorar o sistema como um todo, a relação público-privada, ter uma melhor organização de sistema de informação e gestão de sistema”.